

VIOLÊNCIA INFORMATIVA NO ACESSO A SERVIÇOS DE ATENÇÃO PARA MULHERES EM MADRID-ESPANHA¹

Bruna Lessa²

Resumo:

Este artigo aborda a violência informativa como um dispositivo estrutural de opressão que compromete o uso efetivo das mulheres a serviços de atenção em situação de violência. Tem como objetivo analisar como este tipo de violência se manifesta no acesso de mulheres a esses serviços na cidade de Madrid, na Espanha. A pesquisa, de natureza exploratória, com abordagem qualitativa, utilizou a aplicação de questionário *online*, direcionado a mulheres residentes em Madrid, para coleta e análise dos dados. Os resultados indicam barreiras informativas estruturais, como uso de linguagem técnica, ausência de escuta ativa, falta de abordagem interseccional e desarticulação dos serviços, que afetam mulheres, independentemente do nível educacional. Conclui-se que a violência informativa opera de forma silenciosa para a exclusão institucional, comprometendo o acesso a direitos e perpetuando desigualdades. Recomenda-se formação interseccional de profissionais, produção de materiais acessíveis e inclusão das mulheres no desenho dos serviços de atenção, de maneira a potencializar o sistema de atendimento.

Palavras-chaves: Violência contra mulheres. Acesso a informação. Direitos das mulheres. Serviços de atenção - Madrid. Interseccionalidade.

Resumen:

Este artículo aborda la violencia informativa como un dispositivo estructural de opresión que compromete el uso efectivo de los servicios de atención a las mujeres en situación de violencia. Su objetivo es analizar cómo se manifiesta este tipo de violencia en el acceso de las mujeres a dichos servicios en la ciudad de Madrid, España. La investigación, de carácter exploratorio y con un enfoque cualitativo, utilizó la aplicación de un cuestionario

¹Este artigo é resultado de pesquisas desenvolvidas entre 2024 e 2025, no âmbito do projeto “Regime de informação da rede de atendimento à mulher em situação de violência”, do Laboratório de estudos em representação do conhecimento, competências e comportamento em informação e recuperação da informação em meio digital (LabRecrie), grupo de pesquisa inscrito no diretório de grupos do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), vinculado ao Instituto de Ciência da Informação, da Universidade Federal da Bahia. O Projeto teve financiamento do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), por meio do Edital Chamada Pública MCTI/CNPq no 14/2023 - Apoio a Projetos Internacionais de Pesquisa Científica, Tecnológica e de Inovação – Faixa 2. A pesquisa foi desenvolvida em parceria com a *Universidad Carlos III de Madrid*, no *Departamento de Biblioteconomía y Documentación*, da *Facultad de Humanidades, Comunicación y Documentación* e do *Instituto Universitario de Estudios de Género*, sob tutoria da Profa. Rosa San Segundo Manuel.

² Pós-doutora em Documentação e Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (UC3M-Espanha). Doutora em Ciência da Informação. Professora Adjunta do Instituto de Ciência da Informação (UFBA-Brasil). Professora Permanente do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (UFBA-Brasil). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4485-203X>. Endereço para correspondência: brunalessa@ufba.br

en línea, dirigido a mujeres residentes en Madrid, para la recopilación y el análisis de los datos. Los resultados indican barreras informativas estructurales, como el uso de lenguaje técnico, la ausencia de escucha activa, la falta de un enfoque interseccional y la desarticulación de los servicios, que afectan a las mujeres, independientemente de su nivel educativo. Se concluye que la violencia informativa opera de forma silenciosa para la exclusión institucional, comprometiendo el acceso a los derechos y perpetuando las desigualdades. Se recomienda la formación interseccional de los profesionales, la producción de materiales accesibles y la inclusión de las mujeres en el diseño de los servicios de atención, con el fin de potenciar el sistema de atención.

Palabras clave: Violencia contra las mujeres. Acceso a la información. Derechos de las mujeres. Servicios de atención a la mujer - Madrid. Interseccionalidad.

Abstract:

This article addresses informational violence as a structural device of oppression that compromises women's effective use of services in situations of violence. It aims to analyze how this type of violence manifests itself in women's access to these services in the city of Madrid, Spain. The exploratory, qualitative research used an online questionnaire online, targeted at women living in Madrid, to collect and analyze data. The results indicate structural information barriers, such as the use of technical language, lack of active listening, lack of an intersectional approach, and lack of coordination between services, which affect women regardless of their educational level. It concludes that informational violence operates silently to promote institutional exclusion, compromising access to rights and perpetuating inequalities. It recommends intersectional training for professionals, the production of accessible materials, and the inclusion of women in the design of care services in order to strengthen the care system.

Keywords: Violence against women. Access to information. Women's rights. Services for women – Madrid. Intersectionality.

1. INTRODUÇÃO

A informação, enquanto direito humano fundamental, constitui-se como um dos pilares do acesso à cidadania plena e à justiça social. No entanto, sua ausência, distorção ou inacessibilidade pode operar como uma forma sutil e estrutural de violência – especialmente contra mulheres em situação de vulnerabilidade. Este artigo parte da proposição do conceito de violência informativa, que aqui se configura uma dimensão ainda negligenciada dos estudos sobre gênero, informação e políticas públicas, embora seja central para compreender os entraves ao uso efetivo aos serviços de atenção e proteção.

A violência informativa é compreendida, neste estudo, como o conjunto de opressões que ocorrem, simultaneamente, favorecendo a negação e/ou restrição sistemática do acesso à informação e formação feminista necessária para que a mulher

possa tomar decisões informadas sobre suas vidas e direitos. Esse fenômeno se manifesta tanto pela omissão de dados e ausência de escuta ativa, quanto pelo uso de jargões técnicos, ausência de acolhimento interseccional e desarticulação institucional. Essas barreiras são particularmente críticas em contextos de enfrentamento à violência de gênero, em que o tempo, a confiança e o cuidado são recursos essenciais – e, por vezes, escassos.

A pesquisa desenvolvida tem como objetivo central analisar como a violência informativa se expressa no uso dos serviços de atenção a mulheres em situação de violência em Madrid, Espanha. A partir de um caminho metodológico misto, tendo como técnica de coleta de dados o questionário aplicado a mulheres residentes na cidade de Madrid, buscou-se compreender os padrões informacionais e institucionais que contribuem para o silenciamento e revitimização, mesmo entre mulheres com alto nível educacional. O estudo está ancorado em uma perspectiva feminista interseccional, que reconhece a multiplicidade de opressões que se cruzam – como gênero, raça, migração, classe e maternidade – na experiência concreta dessas mulheres.

Além de contribuir, teoricamente, para os campos dos estudos da informação e dos estudos interdisciplinares sobre a mulher, esta pesquisa pretende oferecer subsídios para o aprimoramento de políticas públicas, redes de cuidado e práticas institucionais mais humanizadas, a partir também de uma epistemologia feminista do sul global. Em um cenário mundial de intensificação das desigualdades, compreender e combater a violência informativa é um passo fundamental para a efetivação dos direitos das mulheres, conforme estabelecido no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável – 5, Igualdade de gênero, da Agenda 2030 das Nações Unidas.

Assim, para compreender as transversalidades desse conceito, e suas formas de manifestação, torna-se necessário alinhá-lo a dados empíricos. Aqui, procura-se delinear o conceito de violência informativa ao apresentar como este fenômeno afeta mulheres, sobretudo no contexto relacionado à informação.

2. VIOLÊNCIA, INFORMAÇÃO E INTERSECCIONALIDADES

A relação entre a violência contra a mulher e a informação é permeada por complexidades que demandam uma análise aprofundada, sobretudo ao considerar as dinâmicas sociais, políticas e históricas que afetam as mulheres, particularmente as

racializadas e as que pertencem a grupos, lidos socialmente como marginalizados. A violência informativa, nesta pesquisa, é um fenômeno que permeia diversos contextos sociais, e que se manifesta na exclusão e no silenciamento das mulheres no acesso significativo à informação sobre serviços essenciais de segurança, assistência social, educacional, profissional, saúde sexual e reprodutiva, e outros. No âmbito das políticas públicas voltadas para mulheres em situação de violência, esse tipo de violência revela-se como um obstáculo crítico, sobretudo, quando discutido sob a luz do conceito de interseccionalidade, que contempla as múltiplas e simultâneas formas de opressão baseadas em gênero, raça, classe social e, outras categorias sociais (Bernardes e Albuquerque, 2016). Tal perspectiva é fundamental para compreender as lacunas na implementação das leis nos serviços de atenção à mulher, uma vez que mulheres racializadas, negras e indígenas, por exemplo, e de baixa renda, enfrentam também a invisibilidade social e institucional que perpetua sua vulnerabilidade (Bernardes e Albuquerque, 2016).

A interseccionalidade, enquanto ferramenta analítica, possibilita a compreensão das complexas estruturas que ampliam a violência contra mulheres em diversos contextos, enfatizando a necessidade de uma abordagem integrada e sensível às especificidades sociais e culturais (Stelzer e Kyrillos, 2021). Para Crenshaw (1991), a interseccionalidade deve ser uma parte central das discussões sobre violência de gênero, sendo necessário para exigir mudanças políticas e sociais, a compreensão da lógica das instituições que estão desafiando, e para isso é necessário reconhecer as especificidades das experiências das mulheres ao formular políticas e estratégias de resistência. A autora, ao mencionar a história das mulheres negras nos Estados Unidos, tanto no âmbito público quanto no privado, faz uma crítica a tendência de tratar raça e gênero como categorias separadas.

Na percepção de Crenshaw (1991), a violência, portanto, não é um fenômeno isolado, mas um reflexo de estruturas sociais mais amplas que perpetuam a opressão. A autora identifica duas formas principais de violência masculina: a violência física, que inclui agressões como o abuso doméstico e o estupro; e a violência estrutural, que se manifesta através de sistemas sociais e legais que falham em proteger as mulheres, especialmente as mulheres negras. Analisa, a partir de suas observações de campo em abrigos para mulheres vítimas de violência nos Estados Unidos, como as dinâmicas de opressão se entrelaçam criando barreiras significativas para a recuperação e a proteção

dessas mulheres, destacando que muitas destas que buscam abrigo são, frequentemente, vítimas de múltiplas formas de subordinação. Crenshaw observa, então, que a violência doméstica que leva as mulheres a casas-abrigo, é apenas a manifestação mais imediata de uma série de opressões que elas enfrentam, como a situação de pobreza, por exemplo, marcada pela responsabilidade única do cuidado dos filhos, e pela falta de competências a acesso a educação profissional.

Sob uma perspectiva centrada nas experiências do sul global, a trajetória de Claudia Jones, jornalista e ativista afro-caribenha, se configura como um marco fundamental para a compreensão das múltiplas dimensões da violência contra a mulher, em especial no que se refere às mulheres negras, cuja opressão se manifesta de maneira interligada e complexa. Ao promover uma inovação teórica no desenvolvimento do conceito de opressão tripartite, posteriormente influenciaria o moderno entendimento da interseccionalidade, antes mesmo de Kimberlé Crenshaw (Lindsey, 2019). Jones, em seu engajamento com movimentos antifascistas, anticoloniais e antirracistas, articulou uma análise que integra três categorias como fontes simultâneas e interdependentes de opressão, quando percebeu que a violência contra as mulheres não poderia ser compreendida isolando-se apenas uma dimensão particular, como o gênero, a raça ou a classe social. Tal perspectiva evidencia que a violência exercida contra as mulheres é multifacetada, perpassando a exploração econômica – ou superexploração –, a discriminação racial e o machismo estrutural (Lindsey, 2019).

Lélia Gonzalez (1983), filósofa, ativista e antropóloga brasileira, por sua vez, observa que a luta pela liberdade das mulheres negras se estende para além dos marcos legais, refletindo a necessidade de abordar questões mais complexas que envolvem suas vivências. O silenciamento, portanto, se traduz em uma falta de representação nos discursos que moldam políticas públicas e práticas sociais, resultando em uma invisibilização das diferentes formas de opressão que enfrentam.

Essas experiências da Américas do Norte e Sul acentuam a discussão atual, na qual o acesso efetivo aos serviços para mulheres vítimas de violência depende da articulação intersetorial, condição indispensável para construção de redes de apoio e atenção que respeitem as diversidades e as singularidades das trajetórias dessas mulheres (Aguilar, D'oliveira e Schraiber, 2020; Grossi, Tavares e Oliveira, 2008). Assim, incorporar a interseccionalidade no atendimento significa reconhecer as diversas

dimensões da vulnerabilidade e promover políticas e práticas que atendam às especificidades de cada mulher, para intensificar sua proteção.

Contudo, a implementação dessas redes de apoio e atenção, ou ainda, redes de atendimento à mulher em situação de violência, encara desafios substanciais, como a fragmentação dos serviços e as percepções, por vezes, estereotipadas dos profissionais envolvidos, que comprometem a humanização do atendimento (Vieira e Hasse, 2017; Grossi *et al.*, 2012). Tais dificuldades evidenciam ainda a necessidade de programas de desenvolvimento da competência em informação para agentes públicos e da ampliação da participação social, para além do acesso formal, de maneira a potencializar a garantia de um atendimento sensível às dinâmicas interseccionais e à complexidade dos ciclos de violência (Neri e Mota, 2024). A pandemia da Covid-19, no ano de 2020, é um exemplo recente sobre a urgência na incorporação da interseccionalidade nas políticas públicas para que se possa enfrentar de modo efetivo o aumento da violência doméstica e suas reverberações sociais (Santos, 2020).

Nesses casos de contextos emergenciais globais, como a Covid, o atendimento virtual às mulheres em situação de violência constituiu-se uma estratégia importante diante das limitações do atendimento presencial. Porém, como destaca Gehlen *et al.* (2023), a eficácia dessas ferramentas depende da superação das barreiras informativas e da compreensão das dinâmicas do ciclo de violência. A complexidade da violência contra a mulher exige um esforço coordenado entre diferentes instituições para garantir um sistema institucional de atenção eficaz e a fragmentação das políticas públicas e das áreas de atuação com foco no cuidado das mulheres pode ser um obstáculo na articulação intersetorial, o que compromete um atendimento sensível e humanizado.

No que se refere às redes informais, Gomes *et al.* (2022) enfatizam que os cuidados providos por grupos comunitários e familiares exercem papel central na resposta à violência doméstica, sobretudo em contextos em que o sistema institucional/governamental apresenta limitações. Essa perspectiva evidencia a complementaridade entre redes institucionais e informais, o que implica a necessidade de políticas que reconheçam e fortaleçam tais arranjos de cuidado.

Já a pesquisa conduzida por Schraiber *et al.* (2012), aprofunda a análise da oferta de serviços integrados, destacando a importância da inclusão de direitos humanos na organização das redes de atenção para que estas sejam mais inclusivas e eficazes em promover a superação dos diversos desafios enfrentados por mulheres em situação de

violência. Nesta perspectiva, Corrêa *et al.* (2021) trazem uma importante contribuição ao discutir as experiências interseccionais da violência em contextos periféricos, ressaltando que as múltiplas vulnerabilidades dessas mulheres agravam os desafios no acesso aos serviços e requerem abordagens que considerem as especificidades locais e sociais.

No contexto migratório, olhando para o universo europeu, tendo-se como exemplo a Espanha, a trajetória das políticas públicas revela que as mulheres migrantes foram historicamente negligenciadas, tanto nas políticas de diversidade quanto nas de igualdade de gênero. Em 2003, no seminário realizado em Madrid-Espanha, *Ciudadanía Social de las Mujeres Latinoamericanas – Mujeres de Dos Mundos*, organizado pela *Dirección General de la Mujer de la Comunidad de Madrid* e o *Instituto Universitario de la Universidad Autónoma de Madrid*, no âmbito da inserção social de mulheres latino-americanas, Gómez (2003) destacou que a maioria destas mulheres trabalham abaixo de suas possibilidades e nível educacional já conquistados em seus países de origem, sendo grande parte dessa inserção laboral em trabalhos domésticos. Isto resulta em abordagens, por vezes, inadequadas para suas realidades específicas, o que demanda a incorporação de análises interseccionais, capazes de revelar as opressões cruzadas impostas por gênero, etnia, classe social, nacionalidade e orientação sexual (Expósito Molina, 2013; Contreras-Hernández e Trujillo-Cristoffanini, 2023).

Conforme apontam Dias e Ramos (2019), essa sobreposição de marcadores sociais contribui para que mulheres migrantes se tornem particularmente vulneráveis à violência de gênero, intensificada por sua condição migratória. Nesse sentido, conforme apontam Furlan e Raiol (2023), a interseccionalidade emerge como ferramenta teórica e metodológica essencial para evidenciar como essas múltiplas identidades influenciam as experiências de violência e limitam o acesso a serviços públicos.

Contudo, destaca-se ainda, para além das falhas institucionais, as redes de apoio que têm papel fundamental no enfrentamento das vulnerabilidades vivenciadas por mulheres migrantes. Essas redes configuram-se como espaços de interlocução e cooperação entre universidades, sociedade civil, organizações governamentais e não governamentais, possibilitando a integração e o fortalecimento de ações e políticas públicas voltadas às demandas específicas dessas mulheres (Gehlen *et al.*, 2020). A construção dessas redes facilita o acesso a serviços essenciais, como apoio psicológico, assistência jurídica e saúde, criando ambientes propícios à superação das barreiras impostas por paradigmas discriminatórios que limitam os direitos das mulheres em

processo migratório. Outra questão que a literatura vem destacando é a feminização dos fluxos migratórios como um fator que agrava esse cenário, visto que as mulheres migrantes enfrentam contextos de crise econômica, conflitos culturais e interculturais, que impõem desafios sociais e institucionais complexos (Dias e Ramos, 2019; Dahleh, Oliveira e Brignol, 2023).

A dimensão da violência interterritorial, conforme apontado por Contreras Gatica e Seguel Calderón (2024), reforça que os espaços altamente masculinizados intensificam as vulnerabilidades das mulheres migrantes, sobretudo no acesso a direitos e serviços. No âmbito dos serviços públicos, a insuficiência na capacitação e sensibilização dos profissionais, aliada à persistência de estigmas e preconceitos, limita o reconhecimento e o enfrentamento adequado às violências sofridas, sobretudo quando a ausência de informações claras, acessíveis e culturalmente apropriadas constitui uma forma de violência que repercute diretamente na autonomia dessas mulheres.

Essas lacunas estão estreitamente ligadas à noção de violência informativa, que se manifesta na precariedade e insuficiência das informações e orientações disponíveis, dificultando o acesso significativo a serviços essenciais para as mulheres. A violência informativa, portanto, atua como barreira simbólica e estrutural que reproduz desigualdades e dificulta mecanismos de proteção e empoderamento feminino, uma forma sutil e sistemática de exclusão e silenciamento. Embora, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU) - Mulheres (2025), tenham-se 1.718 medidas legislativas em 188 países para lidar com a violência contra mulheres e meninas, sendo implementados mecanismos institucionais de apoio a mulher em situação de violência, sobretudo, após a adoção da Declaração e Plataforma de Ação de Pequim em 1995³, ainda há muito o que fazer para equilibrar as atuais dinâmicas econômicas, tecnológicas e geopolíticas globais que impactam diretamente as condições para alcançar a paridade de gênero, especialmente nas áreas de participação econômica e empoderamento político, conforme declara o Relatório Global sobre a Desigualdade de Gênero - 2025, realizado pelo Índice Global de Desigualdade de Gênero (WORLD..., 2025).

Destaca-se ainda que diversos marcos legais têm sido internacionalmente reconhecidos como referências no enfrentamento à violência de gênero, tanto pela abrangência de suas definições quanto pelo compromisso com políticas públicas

³ Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/declaracao_beijing.pdf

integradas. A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006)⁴, do Brasil, foi citada pela ONU como uma das três legislações mais avançadas do mundo no combate à violência contra a mulher, sendo a primeira a Lei Orgânica 1/2004, de *Medidas de Protección Integral contra la Violencia de Género*⁵, da Espanha, e a segunda, a recente Lei 21.675/2024 - *Estatuye Medidas para Prevenir, Sancionar y Erradicar la Violencia en Contra de Las Mujeres, en Razón de su Género*⁶, aprovada em 2024, do Chile. Esses instrumentos dialogam diretamente com documentos internacionais como a Convenção de Belém do Pará, do ano de 1994,⁷ e a Declaração e Plataforma de Ação de Pequim, em 1995, que estabeleceram parâmetros para o enfrentamento multissetorial da violência e a promoção da igualdade de gênero.

A discussão aqui apresentada, na articulação entre a noção de violência, informação e interseccionalidades, no contexto dos direitos da mulher, ampliam a reflexão acerca dos fatores que influenciam o enfrentamento da violência contra a mulher, fortalecendo a compreensão da violência informativa como parte integrante das múltiplas formas de violência enfrentadas, bem como o papel central da articulação de redes para o acesso equitativo e humanizado aos serviços. A compreensão desses fundamentos foi essencial para analisar os resultados do presente estudo, que investigou a violência informativa no acesso a serviços para mulheres em Madrid, delineadas nas próximas seções.

3. METODOLOGIA

Esta pesquisa, de natureza exploratória e descritiva, adotou uma abordagem metodológica mista (Lakatos e Marconi, 2017), integrando técnicas qualitativas e quantitativas de investigação, com o intuito de compreender a experiência de mulheres residentes em Madrid-Espanha, no uso dos serviços de atendimento a mulheres em situação de violência. Esse estudo, em nível de pós-doutorado, foi realizado no âmbito do projeto de pesquisa – Regime de informação da rede de atendimento à mulher em situação de violência - financiado pela Convocatória Pública MCTI/CNPq – Brasil, para projetos internacionais de inovação científica.

⁴ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm

⁵ Disponível em: <https://www.boe.es/eli/es/lo/2004/12/28/1/con>

⁶ Disponível em: <https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=1204220>

⁷ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/d1973.htm

A coleta dos dados, realizada entre fevereiro e abril de 2025, seguida pelo processo de sistematização e análise, realizado entre abril e maio de 2025, deu-se a partir da aplicação de questionário *online*, enviado por meio das instituições e associações de mulheres em Madrid, registradas no Conselho de Mulheres do Município de Madrid⁸, órgão de participação e representação das Associações de Mulheres de Madrid.

Para além da discussão aqui apresentada, justifica-se também a escolha da cidade de Madrid como campo empírico neste estudo pela centralidade que a Espanha ocupa nesse debate jurídico e político, com a melhor lei do mundo no combate à violência contra a mulher, reconhecimento por suas medidas de proteção contra a violência de gênero, pela integração de princípios de igualdade de gênero e resolução pacífica de conflitos no sistema educativo. Assim, analisar as experiências de mulheres em um contexto onde há forte institucionalização das políticas de gênero permite iluminar contradições estruturais entre o que está garantido na lei e o que, de fato, se realiza nos serviços.

O questionário foi estruturado por perguntas fechadas e abertas, após observação direta da plataforma da Comunidade de Madrid, no âmbito dos serviços e ações governamentais em Igualdade e Violência de Gênero⁹, e da Rede de Atenção Integral à Violência de Gênero; e a consulta de especialistas do Instituto Universitário de Estudos de Gênero (IEG)¹⁰, da Universidade Carlos III de Madrid (UC3M), de modo a buscar capturar não somente os dados objetivos das experiências das mulheres respondentes, mas também as subjetividades envolvidas nas relações com os sistemas de apoio e cuidado, organizadas em quatro blocos principais:

- 1) Dados sociodemográficos;
- 2) Tipos de violência vivenciada (delineado segundo a definição da Convenção de Istambul¹¹(CONSELHO..., 2011);
- 3) Experiências com serviços públicos e organizações da sociedade civil; e
- 4) Percepções sobre o acesso à informação.

A análise dos dados quantitativos foi realizada por meio de estatísticas descritivas, com cruzamentos orientados pelos marcadores sociais da diferença – como gênero, raça,

⁸ Disponível em: <https://www.consejomujeresmadrid.org/el-consejo/>

⁹ Disponível em: <https://www.comunidad.madrid/servicios/servicios-sociales/igualdad-violencia-genero>

¹⁰ Disponível em: <https://www.uc3m.es/instituto-estudios-genero/inicio>

¹¹ Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica, também conhecida como Convenção de Istambul, é o tratado internacional de maior alcance para fazer face a esta grave violação de direitos humano, adotada em Istambul, Turquia, em 11 de maio de 2011.

classe, migração e idade –, visando revelar interseções significativas nas experiências relatadas. Já o material qualitativo foi examinado a partir de múltiplas técnicas de análise: análise de conteúdo segundo Bardin (1977), análise temática com base hermenêutica e crítica (Denzin e Lincoln, 2006; Dias, 1992), análise do discurso (Charaudeau, 2025), e aportes teórico-metodológicos da perspectiva feminista e interseccional (Bruschini, 1992; Linton, 1997; Wilkinson, 1998).

Estes procedimentos metodológicos foram orientados pelos princípios éticos da escuta sensível e do cuidado com as participante. Também foi assegurado o consentimento livre e esclarecido, o anonimato e o sigilo das informações compartilhadas, bem como o compromisso com o respeito às identidades e às histórias relatadas. Destaca-se que nenhum dado sensível desnecessário foi coletado, em atenção à dignidade e à segurança das mulheres envolvidas.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quando as mulheres são excluídas das políticas públicas e da participação e acesso significativo das informações que fundamentam suas reivindicações, ficam sem recursos para agir, tornando-se alvos mais vulneráveis à diversos tipos de opressão, além de limitar sua capacidade de tomar decisões informadas sobre suas vidas. Nesta seção, serão apresentados resultados e a discussão dos dados coletados sobre a utilização dos serviços de atenção à mulher, em Madrid-Espanha.

Antes, é importante contextualizar como são organizados e disponibilizados tais serviços, segundo as informações no Portal da Câmara Municipal de Madrid-Espanha¹². Os centros municipais criados para promover a igualdade de gênero e prevenir a violência de gênero são denominados Espaços de Igualdade. O primeiro foi inaugurado no ano de 2016, chamado *Espacio de Igualdad Clara Campoamor*, em homenagem à defensora dos direitos das mulheres¹³. Os profissionais que atuam nestes Espaços compõem uma equipe interdisciplinar, das áreas de Psicologia, Direito, desenvolvimento social, orientação

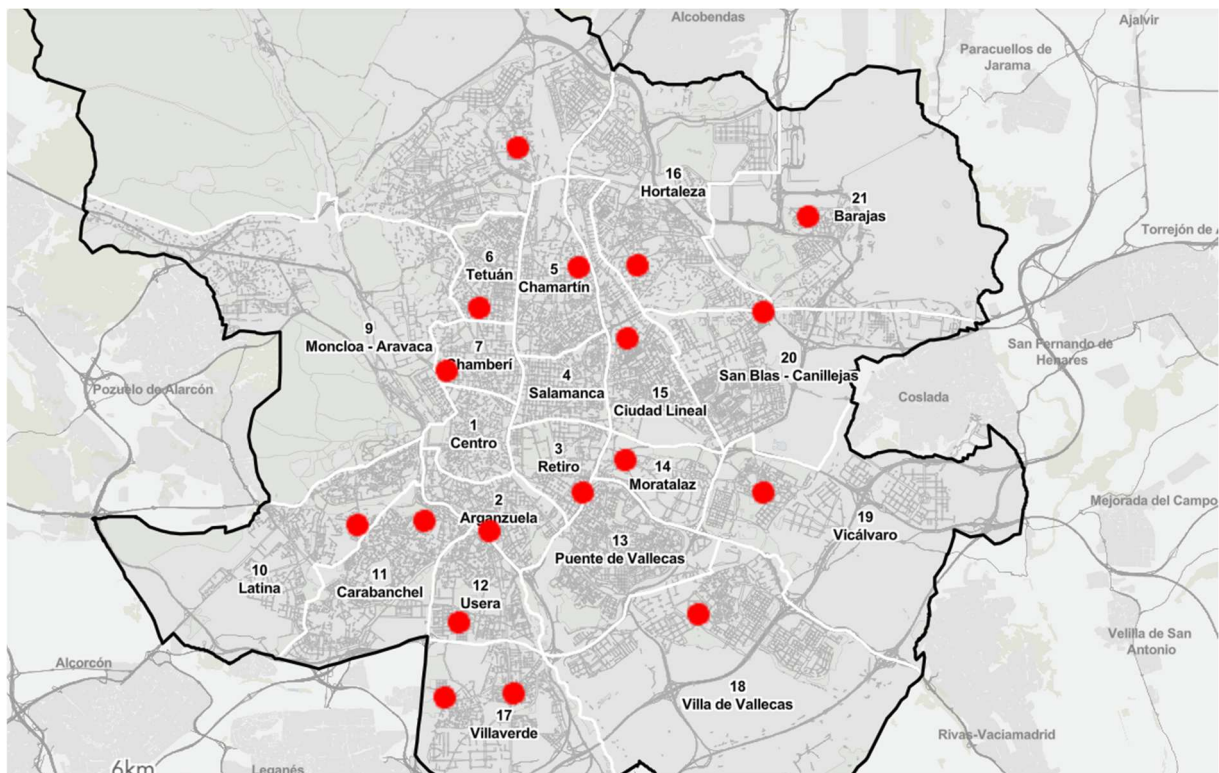
¹² Disponível em: <https://www.madrid.es/portal/site/munimadrid>

¹³ Clara Campoamor foi uma advogada, política e escritora espanhola, ativista feminista conhecida por defender os direitos e sufrágio da mulher durante a elaboração da constituição espanhola de 1931. Sua defesa levou à inclusão de uma linguagem constitucional que buscou garantir a igualdade entre homens e mulheres na Espanha.

profissional e trabalho administrativo, com especialização em igualdade e violência de gênero.

A rede de Espaços de Igualdade, da cidade de Madrid, é atualmente composta por 18 unidades (Figura 1), localizados nos bairros de *Arganzuela*, *Barajas*, *Carabanchel*, *Chamartín*, *Chamberí*, *Ciudad Lineal*, *Fuencarral - El Pardo*, *Hortaleza*, *Latina*, *Moratalaz*, *Retiro*, *San Blas-Canillejas*, *Tetuán*, *Usera*, *Vicálvaro*, *Villa de Vallecas* e *Villaverde*, sendo que os serviços oferecidos podem ser utilizados por todas as mulheres, independente do bairro que residem.

Figura 1. Rede de Espaços de Igualdade em Madrid-Espanha



Fonte: Captura de tela no Geoportal da Câmara Municipal de Madrid, 2025.

Os Espaços de Igualdade oferecem serviços gratuitos de apoio individuais e em grupo a mulheres (Quadro 1), e também organizam atividades comunitárias. As ações são desenvolvidas em parceria com uma rede de associações, grupos e instituições comunitários em cada bairro/distrito, seja para realizar atividades ou para responder a necessidades específicas (disponibilidade de salas de aula, espaço de *coworking*, empréstimo de livros, etc.).

Ofertam, ainda, um serviço de recreação infantil, de forma a possibilitar uma participação mais ativa das pessoas assistidas. Em geral, este serviço consiste em uma área de recreação para crianças de 4 a 12 anos, que recebem apoio profissional enquanto seus responsáveis participam de atividades em grupo ou atendimento individual, agendado no Espaço. Destaca-se que para a oferta deste serviço, a Secretaria de Políticas Sociais, Família e Igualdade disponibiliza um profissional com formação superior em Educação Infantil para acompanhar as crianças durante toda a estadia, com atividades adaptadas às diferentes idades e à diversidade do grupo, as quais incluem contar histórias coeducativas e atividades de gestão emocional, por meio da criação artística e brincadeiras, que possam desconstruir papéis de gênero na infância, alinhados aos objetivos de promoção da igualdade desses espaços municipais.

Quadro 1. Serviços oferecidos pela rede municipal de Espaços de Igualdade

	Serviço	Descrição
Atenção individualizada às mulheres	Área Psicológica	Atendimento psicológico oferecido para promover o bem-estar e a autonomia pessoal, além de reduzir o estresse e a ansiedade em situações de discriminação ou violência de gênero.
	Departamento Jurídico	Suporte e consultoria jurídica em questões cíveis, trabalhistas e imigratórias, especialmente aquelas relacionadas à violência de gênero.
	Área de desenvolvimento profissional	Promove-se a empregabilidade das mulheres através da melhoria das suas capacidades, competências e habilidades sociolaborais.
Atividades em grupo	Atividades de conscientização	Destinadas ao público em geral e a profissionais que desejam se aprofundar em temas relacionados à igualdade e diversidade sexual e/ou de gênero.
	Atividades para a prevenção, detecção e remediação da violência de gênero	Atividades destinadas ao público em geral e a profissionais que desejam aprimorar seus conhecimentos e habilidades para prevenir e detectar a violência de gênero.
	Atividades de empoderamento	Destinadas a mulheres que desejam iniciar ou fortalecer sua jornada de empoderamento pessoal junto a outras mulheres.

Fonte: Câmara Municipal de Madrid, 2025.

As ações realizadas para o controle da violência contra a mulher pela Espanha, especialmente na cidade de Madrid, território de análise desta pesquisa, evidenciam o reconhecimento que a violência de gênero é multifacetada e impacta mulheres com diversas identidades sociais. Além das ações realizadas em cada bairro/distrito, há também canal telefônico de denúncias, unidades policiais especializadas, serviços de saúde para a mulher, casas de acolhimento, entre outros. No entanto, apesar dos avanços legislativos na Espanha para o enfrentamento da violência contra as mulheres, um desafio persistente reside na relação entre o acesso e a utilização efetiva dos serviços de atenção por parte das mulheres em situação de violência, e a garantia de acesso à informação qualificada e inclusiva. O que define-se aqui como violência informativa, a qual se manifesta na invisibilização ou distorção das experiências das mulheres, sobretudo aquelas em situações interseccionais de vulnerabilidade – como mulheres racializadas, migrantes ou com deficiências – compromete o empoderamento e a capacidade destas de buscar proteção e apoio.

Nesse sentido, para perceber e identificar essas lacunas, por meio questionário aplicado, foram recebidas, no período de coleta, o total de 55 respostas de mulheres residentes em Madrid, com perfis diversos em termos de escolaridade, idade, etnia e condição migratória. Foram convidadas a participar da pesquisa mulheres com mais de 18 anos que tivessem vivenciado situações de violência de gênero e/ou acompanhado a experiência de outras mulheres em tais circunstâncias.

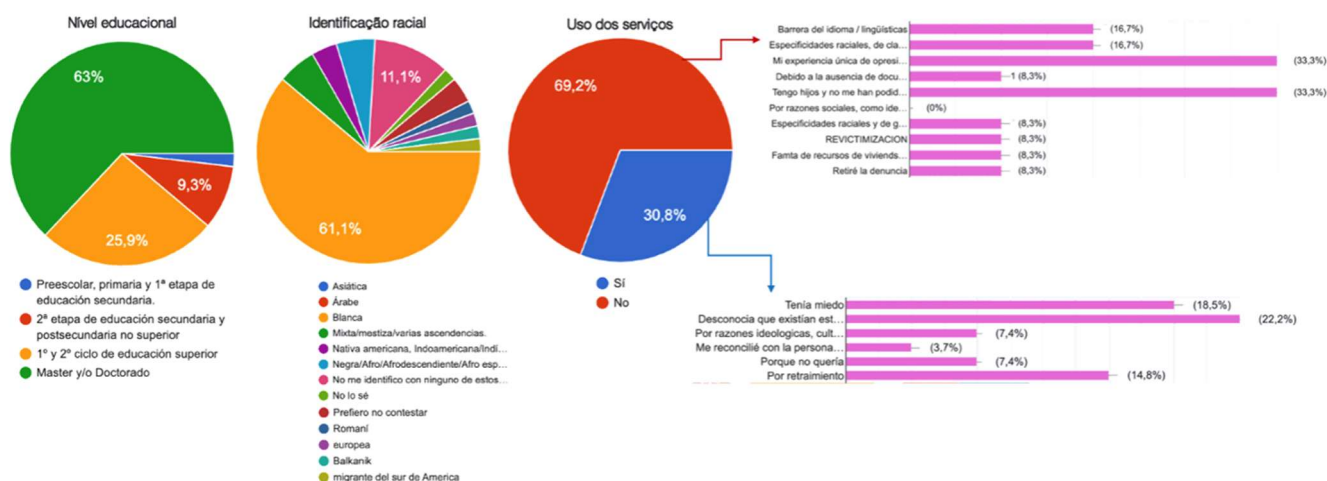
4.1 Barreiras informativas identificadas

A violência informativa, embora muitas vezes invisível, é uma forma de opressão que merece atenção. A intersecção entre informação, conhecimento e violência contra as mulheres é uma questão complexa que exige um olhar crítico e uma ação coletiva.

A composição do grupo participante revelou um perfil diverso. No que se refere à identidade étnico-racial, mais de 60% das participantes se autodeclaram brancas, enquanto as demais se distribuem entre mulheres negras, indígenas, mestiças e aquelas que se identificam com categorias étnico-raciais mistas. A diversidade territorial também está presente, com mais de 20 bairros e distritos madrilênses mencionados como local de residência. A maioria das mulheres participantes (76,4%) não se identifica como migrante, enquanto 24% são mulheres migrantes residentes em Madrid. A faixa etária

predominante está entre 45 e 64 anos, correspondendo a aproximadamente 75% das participantes – um dado que sugere maturidade acumulada em experiências de vida e enfrentamento da violência. Em relação à escolaridade, o grupo é majoritariamente composto por mulheres com formação superior: 89% têm ensino universitário completo, e dentro desse total, 63% possuem titulação de mestrado ou doutorado, o que evidencia um nível educacional elevado (Figura 2).

Figura 2. Dados da pesquisa perfil das mulheres participantes e uso dos serviços de atenção



Fonte: Lessa e San Segundo (2025).

O indicador sobre nível educacional representa um dos resultados que merece destaque aqui, pois mesmo mulheres com graus avançados de escolaridade (Mestrado/Doutorado) apresentam baixa utilização dos serviços de apoio, quando em situação de violência, evidenciando que o problema não reside na formação individual, mas na forma como a informação e orientação são oferecidas.

Outro cruzamento de dados realizado foi sobre o tipo de violência, escolaridade e canais de informação, que revelou padrões de comportamento informacional que ampliam a noção do conceito de violência informativa. No caso do assédio reiterado, por exemplo, mulheres com formação universitária ou pós-graduação acessam informação por meio de redes pessoais, plataformas digitais e fóruns de debate, indicando autonomia para buscar e avaliar fontes variadas. Por outro lado, mulheres com menor escolaridade dependem

mais de canais institucionais mediados, como psicólogas, assistentes sociais ou centros municipais de igualdade de gênero (Espaços de Igualdade). Isso, de certa forma, torna-lhes mais vulneráveis à omissão, silenciamento ou revitimização, especialmente quando os profissionais não têm formação feminista interseccional, ou ainda, a naturalização do cotidiano da violência.

As principais barreiras citadas pelas respondentes foram a ausência de acolhimento às experiências individuais de opressão, dificuldade de acesso para mulheres mães com filhos/as menores, barreiras linguísticas, e ausência de sensibilidade cultural. Estas observações reforçam a importância da escuta ativa e de abordagens interseccionais nas políticas públicas. A partir disto, foram identificados e categorizados eixos temáticos que dificultam o acesso à informação sobre os serviços de atenção:

1. Desconhecimento de direitos;
2. Terminologia técnica inacessível;
3. Atendimento padronizado e sem escuta ativa;
4. Desconfiança gerada por experiências anteriores de descrédito do serviço.

O uso excessivo de jargões técnicos (terminologia técnica inacessível) e a burocracia dos trâmites (atendimento padronizado) podem operar como mecanismos de exclusão, que atingem inclusive aquelas mulheres que, teoricamente, teriam maior domínio dos códigos institucionais. Contrária a essa realidade dos serviços governamentais, foi evidenciado nos dados coletados, a confiança que muitas mulheres depositam nas associações de mulheres e coletivos feministas como fontes primárias de informação, acolhimento e apoio diante da violência. Esses espaços são percebidos como territórios de escuta genuína, reconhecimento de identidades diversas e construção de saberes compartilhados. Para muitas participantes, essas associações atuam como verdadeiros pontos de ancoragem emocional e informativa, sobretudo em contextos marcados pela revitimização ou pela negligência estatal. Assim, sua atuação revela um modelo alternativo de cuidado e circulação da informação, baseado na escuta ativa, no respeito às diferenças e no compromisso com a autonomia das mulheres.

A preferência por esses espaços, portanto, não é apenas uma escolha pragmática. É também uma crítica implícita ao modo como os serviços públicos tratam – ou ignoram – as mulheres em situação de violência. A falta de organização sistemática de informações básicas sobre serviços disponíveis configura uma das expressões mais silenciosas, porém estruturantes, da violência contra a mulher. A violência informativa, portanto, se

configura como um fenômeno estrutural que escapa à lógica meritocrática do "quem sabe, acessa".

4.2 Violência informativa como fenômeno estrutural

A violência informativa mantém e amplia brechas sociais, perpetuando exclusões e favorecendo a revitimização da mulher em situação de violência. A comunicação institucional, nestes casos, precisa atuar de forma a garantir que a informação seja disponibilizada com uma linguagem acessível, compreensível e culturalmente adequada. Além disso, a escuta ativa e a participação das mulheres na concepção e desenho dos serviços são imperativas.

Conforme mencionado, o questionário também incluiu perguntas abertas, e a análise dos relatos revelou cinco eixos de manifestação da violência informativa:

1. Desconhecimento de direitos e recursos;
2. Barreiras linguísticas e culturais;
3. Mediação institucional e silenciamento;
4. Insegurança informacional e desconfiança;
5. Resistência, redes informais e autodefesa.

Alguns relatos indicaram que os serviços públicos falham em oferecer mediações informativas acolhedoras e coerentes, conforme exemplos a seguir:

Respondente 1

[...] en el ámbito de la ciudad de Madrid, las limitaciones en el uso de los servicios a mujeres en situación de violencia es el desconocimiento de los recursos existentes tanto por las mujeres como por otros recursos que tienen contacto con mujeres. La falta de identificación en mujeres que sufren violencia, dificulta que una mujer accede y se vea como víctima de violencia de género.

Respondente 2

Existen demasiados requisitos para obtener una protección real y efectiva.

Respondente 3

La intención es protegerlos, pero estos niños no son protegidos en los centros y las madres son doblemente revictimizadas, al separarlas de su hijos. Es la violencia institucional, que es una de las ramas de la violencia a la mujer.

As participantes indicaram a ausência de protocolos claros, a fragmentação entre os serviços e a necessidade de relatar diversas vezes a mesma história — o que, em muitos casos, reforça o trauma e a desconfiança institucional. A revitimização se intensifica quando há encaminhamentos desconexos, falas deslegitimadoras ou desconsideração das experiências específicas de cada mulher. Os atendimentos padronizados, por vezes, desprovidos de abordagem interseccional e sensibilidade feminista, agravam a insegurança informacional e desgastam o vínculo entre as mulheres e o sistema de atenção e proteção. Assim, o que deveria ser um espaço de escuta, pode se transformar em mais um território de silenciamento.

A ausência de uma abordagem interseccional nos atendimentos aparece como uma das principais causas da violência informativa identificada na pesquisa. Mulheres que se identificaram como racializadas e/ou migrantes, idosas, ou ainda em situação de vulnerabilidade socioeconômica, relataram que suas experiências não foram compreendidas em sua complexidade, sendo muitas vezes reduzidas a protocolos genéricos, ou sua neutralização sob o discurso da "universalidade" do serviço — é, em si, uma forma de opressão informacional, como expressa uma das mulheres participantes:

Respondente 3

Cuando era joven no había atención a las víctimas y también he reflejado historias de otras mujeres que no sé si han utilizado el servicio a víctimas.

A falta de reconhecimento de marcadores como raça, território, classe ou condição migratória gera desconfiança, deslegitimação e abandono. Conforme reconhecido pelo Informe Nacional de España (ESPAÑA, 2024), sobre a implementação da Declaração e Plataforma de Ação de Pequim, em sua sessão sobre "Racismo, Gênero, Interseccionalidade", ainda há o desafio quanto a coleta e análise de dados desagregados por gênero, etnia, idade, orientação sexual e outras categorias fundamentais para revelar as especificidades das vulnerabilidades enfrentadas por grupos marginalizados. Destaca-se o esforço na incorporação da dimensão étnica nas principais pesquisas estatísticas,

como a introdução de perguntas sobre origem étnica em grandes inquéritos nacionais, possibilitando um conhecimento mais aprofundado das desigualdades e discriminações estruturais.

Outra questão a considerar é que, embora a variável “maternidade” não tenha sido incluída diretamente no questionário, muitos relatos apontaram a dimensão do cuidado como fator de exclusão. Mulheres que são mães, em situação de violência, enfrentaram dificuldades específicas para acessar os serviços. O caso dos *Puntos de Encuentro Familiar (PEF)*¹⁴, relatado por uma das respondentes, por exemplo, evidencia como mulheres podem ser revitimizadas por espaços institucionalizados de visita e guarda, nos quais a mediação, por vezes, é feita sem formação feminista ou sensibilidade com relação ao poder parental desigual. A maternidade, quando não reconhecida como parte da experiência de vulnerabilidade, torna-se mais uma barreira invisível à informação e ao acesso.

A pesquisa identificou ainda, após cruzamento dos dados geográficos e acesso aos serviços, padrões territoriais de acesso desigual à informação. Os distritos de *Hortaleza, Tetuán, Usera e Orense* concentram relatos mais frequentes de desinformação, barreiras linguísticas e acolhimento institucional inadequado. Essas localidades apresentam forte presença migrante e diversidade cultural, o que intensifica os desafios comunicacionais. A ausência de materiais traduzidos em idiomas não hegemônicos, a falta de intérpretes e o não reconhecimento das especificidades culturais colaboram para uma violência informativa em dimensões geográficas. Isso exige políticas públicas localizadas, com estratégias sensíveis às dinâmicas territoriais e à pluralidade de vozes presentes na cidade de Madrid.

Outro aspecto central apontado pelas participantes é a fragmentação dos canais de atendimento. Mesmo nos casos em que as mulheres buscaram ajuda, foram com frequência encaminhadas a serviços não especializados, obrigadas a repetir informações e a se adaptar à lógica institucional em vez de serem acolhidas por ela. Essa dispersão entre psicólogas, assistentes sociais, centros municipais e linhas telefônicas representa um obstáculo adicional, que desestimula denúncias e perpetua ciclos de violência. O acesso,

¹⁴ Centros projetados para promover o direito das crianças de interagir com seus pais. Os encaminhamentos para pontos de encontro são feitos principalmente por órgãos judiciais (Juizados de Família, Investigação e Violência contra a Mulher) e pelo sistema de proteção à criança. Disponível em: <https://www.madrid.es/portales/munimadrid/es/Inicio/Buscador/Puntos-de-Encuentro-Familiar-PEF-/?vgnextfmt=default&vgnextoid=9ad740bca9e45210VgnVCM2000000c205a0aRCRD&vgnnextchannel=7db8fc12aa936610VgnVCM1000008a4a900aRCRD>

assim, não é apenas difícil: é cansativo, descoordenado e, muitas vezes, inócuo. A inexistência de fluxos integrados de informação e de protocolos claros entre instituições é também uma expressão clara da violência informativa institucionalizada.

Em geral, os tópicos aqui apresentados sobre os dados deste estudo apontam para a violência informativa como um fenômeno estrutural que atravessa as formas como o Estado se comunica (ou deixa de comunicar) com as mulheres. Reconhecê-la como tal é o primeiro passo para construir serviços (mecanismos institucionais contra a violência de gênero) que não apenas existam, mas que sejam efetivamente acessíveis, humanizados e transformadores.

5. CONCLUSÃO

A violência informativa, tal como evidenciada nesta pesquisa, não é somente um fenômeno periférico ou acidental. Trata-se de uma forma estruturante de exclusão, que se infiltra nos canais institucionais, nos fluxos comunicacionais e nas práticas cotidianas dos serviços de atenção às mulheres em situação de violência. Ao omitir, distorcer ou dificultar o acesso à informação, o sistema institucional de proteção compromete não apenas a autonomia, mas também a segurança dessas mulheres, perpetuando ciclos de vulnerabilidade e silenciamento.

Os resultados obtidos no estudo realizado em Madrid demonstram que essa violência atinge mulheres com diferentes perfis sociodemográficos, inclusive aquelas com ensino superior e pós-graduação. Esse dado reforça que não é a falta de formação educacional das mulheres que limita o acesso à informação, mas sim o modo como essa informação é mediada, codificada e distribuída. As barreiras linguísticas, a ausência de abordagem interseccional, a desarticulação dos serviços e a negligência institucional são expressões concretas dessa violência, que se naturaliza nas práticas de atendimento e na comunicação oficial, até mesmo na Europa.

Frente a esse cenário, revelou-se que o fortalecimento das associações de mulheres e coletivos feministas surge como alternativa eficaz e legítima de resistência e reconstrução. Esses espaços, marcados pela escuta ativa, confiança mútua e produção de saberes acessíveis, funcionam como ecossistemas informacionais contra hegemônicos, onde a informação circula de forma sensível, solidária e situada. No entanto, é preciso reconhecer que o papel dessas organizações não pode substituir a responsabilidade do

Estado na garantia de direitos. É urgente, portanto, que as políticas públicas incorporem formação feminista e interseccional em seus quadros técnicos, promovam estratégias multilinguísticas e culturalmente adequadas, e ampliem a participação das mulheres no desenho, execução e avaliação dos serviços.

Apesar das contribuições analíticas e metodológicas deste estudo, em nível de pesquisa internacional, algumas limitações devem ser reconhecidas, abrindo caminhos para investigações futuras. A amostra, embora diversa, é composta majoritariamente por mulheres com alta escolaridade e maior familiaridade com redes associativas, o que pode ter influenciado os padrões de acesso à informação observados. Todavia, acredita-se que investigações futuras poderiam aprofundar o impacto da violência informativa em mulheres com baixo letramento informacional, por exemplo em contextos rurais, periféricos ou em situação de refúgio. Além disso, estudos comparativos entre cidades ou países – incluindo realidades do Sul Global – poderiam enriquecer a compreensão sobre como diferentes modelos institucionais e culturais moldam o acesso à informação; explorar com maior profundidade a interface entre maternidade, cuidado e exclusão informativa, e o papel das tecnologias digitais em contextos de violência. Há, portanto, um campo fértil para expandir o debate sobre violência informativa, integrando dimensões epistemológicas, políticas e comunicacionais no enfrentamento às desigualdades de gênero.

Informar não é apenas comunicar: é cuidar, proteger e transformar. Combater a violência informativa é, assim, uma ação política essencial para a construção de um sistema de justiça de gênero mais efetivo, acessível e digno para todas as pessoas.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, J. M. de.; D'OLIVEIRA, A. F. P. L.; SCHRAIBER, L. B. Mudanças históricas na rede intersetorial de serviços voltados à violência contra a mulher – São Paulo, Brasil. **Interface-comunicação, saúde, educação**, v. 24, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/Interface.190486>. Acesso em: 26 jun. 2025.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BERNARDES, M. N.; ALBUQUERQUE, M. I. B. Violências Interseccionais silenciadas em Medidas Protetivas de Urgência. **Revista Direito e Práxis**, [S. l.], v. 7, n. 3, p. 715–740, 2016. DOI: 10.12957/dep.2016.25167. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaceaju/article/view/25167> . Acesso em: 24 jul. 2025.

BRUSCHINI C. Uso de abordagens quantitativas em pesquisa sobre relações de gênero. In: COSTA, A. O; MUSCHINI, C. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. p. 289-299.

CONTRERAS GATICA, Y.; SEGUEL CALDERÓN, B. . Violencia interterritorial contra mujeres inmigrantes (VIMI): trayectorias migratorias de mujeres latinoamericanas habitando el norte chileno. **Migraciones Internacionales**, [S. l.], v. 15, 2024. DOI: 10.33679/rmi.v1i1.2892. Disponível em: <https://migracionesinternacionales.colef.mx/index.php/migracionesinternacionales/articloe/view/2892> . Acesso em: 26 jul. 2025.

CONTRERAS-HERNÁNDEZ, P.; TRUJILLO-CRISTOFFANINI, M. Matriz de violencia interseccional: experiencias y trayectorias de mujeres latinoamericanas en Barcelona. **Antípoda. Rev. Antropol. Arqueol.** , Bogotá, n. 51, p.187-212, 2023. DOI: 10.7440/antipoda51.2023.08. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1900-54072023000200187&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 14 jun. 2025.

CORRÊA, M. D.; MOURA, L. de.; ALMEIDA, L. P. de; ZIRBEL, I. As vivências interseccionais da violência em um território vulnerável e periférico. **Saúde Soc.**, São Paulo, v.30, n.2, e210001, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902021210001>. Acesso em: 14 jun. 2025.

CHARAUDEAU, P. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. **Cruzeiro Semiótico**, São Paulo, v. 2, n.1, p. 1-13, jan.-jun., 2025. Disponível em: <https://cruzeirosemiotico.com.br/index.php/revista/article/view/30/25>. Acesso em: 20 jun. 2025.

CONSELHO DA EUROPA. Convenção do Conselho da Europa para a prevenção e o combate à violência contra as mulheres e a violência doméstica (Convenção de Istambul). Turquia, 2011. Disponível em: <https://rm.coe.int/168046253d>. Acesso em: 10 jun. 2025.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. **Stanford Law Review**, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, jul. 1991. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1229039>.

DAHLEH, S. M.; OLIVEIRA, L. D. de.; BRIGNOL, L. D. Migração e Interseccionalidade: desafios em pesquisas com mulheres migrantes e usos de tecnologias digitais. **Ação Midiática – Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura.**, [S. l.], v. 26, n. 1, 2023. DOI: 10.5380/am.v26i1.90100. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/acaomidiatica/article/view/90100>. Acesso em: 26 jul. 2025.

DENZIN, N. K; LINCOLN, I. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DIAS, Maria Odila L. da S. Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva

histórica e hermenêutica do cotidiano. In: COSTA, A.; BRUSCHINNI, C.

(Org.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

DIAS, M. de J. S.; RAMOS, M. N. P. Violência de gênero: expressões e vivências de mulheres brasileiras migrantes em Portugal. **Revista de Políticas Públicas**, v. 23, n. 1, p. 268-286, 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321160569016>. Acesso em: 20 jun. 2025.

ESPAÑA. **Informe Nacional de España**. Informe sobre la aplicación de la Declaración y Plataforma de Acción de Beijing (1995) y los resultados del vigésimo tercer período extraordinario de sesiones de la Asamblea General (2000) en el contexto del 30º aniversario de la Cuarta Conferencia Mundial sobre la Mujer y la aprobación de la Declaración y Plataforma de Acción de Beijing. 2024. Disponível em: https://www.unwomen.org/sites/default/files/2024-09/b30_report_spain_es.pdf. Acesso em: 10 jun. 2025.

EXPÓSITO MOLINA, C. ¿Qué es eso de la interseccionalidad? Aproximación al tratamiento de la diversidad desde la perspectiva de género en España. **Investigaciones Feministas**, v. 3, p. 203–222, 2013. Disponível em: https://doi.org/10.5209/rev_INFE.2012.v3.41146. Acesso em: 20 jun. 2025.

FURLAN, M. L. F.; RAIOL, R. W. G. A aplicação do conceito de grupo vulnerabilizado a mulheres migrantes: uma perspectiva interseccional. **Revista Eletrônica Direito e Sociedade**, Canoas, v. 11, n. 1, p. 193-206, jun. 2023. DOI: <http://dx.doi.org/10.18316/REDES.v11i1.8457>. Acesso em: 15 jun. 2025.

GEHLEN, R. G. S.; ARBOIT, J.; PAULA, C.C.; PADOIN, S. M. M. Perspectivas do conhecimento acerca da violência contra mulheres migrantes: mapeamento da produção acadêmica *Strictu Sensu*. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 11, e99291110546, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i11.10546>. Acesso em: 10 jul. 2025.

GEHLEN, R. G. S.; LANGENDORF, T. F.; VIEIRA, L. B.; PADOIN, S. M. M. Vulnerabilidades de mulheres venezuelanas refugiadas: violências e relações sociais interseccionais. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, n.[especial] 57, p.1-9, 2023. <https://doi.org/10.1590/1980-220X-REEUSP-2022-0430en>. Acesso em: 10 jul. 2025.

GEOPORTAL del Ayuntamiento de Madrid. Espacios comunitarios en la ciudad de Madrid. Disponível em: https://geoportal.madrid.es/IDEAM_WBGEOPORTAL/dataset.iam?id=d7f22df3-fd83-11ee-9d44-c8e265b91dd3. Acesso em: 5 jun. 2025.

GOMES, R.; SEVERO, A. K.; MEDEIROS, K. K. S. F. de; BEZERRA, L. C. P.; NUNES, E. M. P. Violência doméstica e apoio ético-político: redes informais de cuidado de usuárias do centro de atenção psicossocial e do centro de referência em assistência social no contexto brasileiro. **Advances in Latin American Psychology**, [S. l.], v. 39, n. 3, p. 1–16, 2022. DOI:

10.12804/revistas.urosario.edu.co/apl/a.10358. Disponível em:
<https://revistas.urosario.edu.co/index.php/apl/article/view/10358>. Acesso em: 20 jul. 2025.

GÓMEZ, R. A. Las mujeres latinoamericanas en España: el marco legal y la inserción social. In: CANTÓ, Pilar Pérez (Coord.). **Mujeres de dos mundos**: ciudadanía social de las mujeres latinoamericanas. Madrid: Dirección General de la Mujer/Comunidade de Madrid, 2003. p.151-170.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, L. A. *et al.* Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos. **Ciências Sociais Hoje**, Brasília, ANPOCS, n. 2, p. 223-244, 1983.

GROSSI, P. K.; TAVARES, F. A.; OLIVEIRA, S. B. de. A rede de proteção à mulher em situação de violência doméstica: avanços e desafios. **Athenea Digital, Revista de Pensamiento e Investigación Social**, n. 14, p. 267-280, 2008. Disponível em:
<https://www.redalyc.org/pdf/537/53701417.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2025.

GROSSI, P. K.; PEDERSEN, J. R.; VINCENSI, J. G.; ALMEIDA, S. M. A. F. Prevenção da violência contra a mulher: desafios na articulação de uma rede intersetorial. **Athenea Digital, Revista de Pensamiento e Investigación Social**, [S. l.] , v. 3, p. 267–277, 2012. DOI: 10.5565/rev/athenead/v12n3.1112. Disponível em: <https://atheneadigital.net/article/view/v12-n3-krieger-pedersen-vincensi-et-al>. Acesso em: 26 mar. 2025.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LESSA, B., SAN SEGUNDO, R. Dados da Pesquisa "Utilización de servicios de atención a mujeres en situación de violencia - Madrid-España". Zenodo; 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.15530044>

LINDSEY, Lydia. Red Monday: The Silencing of Claudia Jones in 20th Century Feminist Revolutionary Thought. **The Journal of Intersectionality**, v. 3, n. 1, 2019, p.10–20. DOI: <https://doi.org/10.13169/jinte.3.1.0010> .

LINTON, R. Rumo a um método feminista de pesquisa. In: JAGGAR, A. M., BORDO, S. R. (Orgs.). **Gênero, corpo, conhecimento**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

MADRID. Câmara Municipal. Serviços oferecidos pela rede municipal de Espaços de Igualdade. Disponível em:
<https://www.madrid.es/portales/munimadrid/es/Inicio/Igualdad-y-diversidad/Espacios-de-Igualdad/Servicios-que-ofrece-la-red-municipal-de-Espacios-de-Igualdad/?vgnnextfmt=default&vgnnextoid=41b53425ebfa7710VgnVCM1000001d4a900aRCRD&vgnnextchannel=3392f6d322aaa710VgnVCM2000001f4a900aRCRD>. Acesso em: 10 jan. 2025.

NERI, G. S.; MOTA, F. R. L. Competência informacional com vistas à mulher em situação de violência. **Logeion: Filosofia da Informação**, Rio de Janeiro, RJ, v. 10, n.



2, p. e-6735, 2024. DOI: [10.21728/logcion.2024v10n2.e-6735](https://doi.org/10.21728/logcion.2024v10n2.e-6735). Disponível em: <https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/6735>. Acesso em: 26 jul. 2025.

ONU MULHERES. Banco de Dados Global sobre Violência contra Mulheres e Meninas. Disponível em: <https://data.unwomen.org/global-database-on-violence-against-women>. Acesso em: 10 jun. 2025.

SCHRAIBER, L. B.; D'OLIVEIRA, A. F. P. L.; HANADA, H.; KISS, L. Assistência a mulheres em situação de violência – oferta de uma rede de serviços a uma rede intersetorial. **Athenea Digital, Revista de Pensamiento e Investigación Social**, [S. l.] , v. 12, n. 3, p. 237–254, 2012. DOI: 10.5565/rev/athenead/v12n3.1110. Disponível em: <https://atheneadigital.net/article/view/v12-n3-schraiber-pires-hanada-et-al>. Acesso em: 20 jun. 2025.

STELZER, J.; KYRILLOS, G. de M. Inclusão da Interseccionalidade no âmbito dos Direitos Humanos. **Revista Direito e Práxis**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 237–262, 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaceaju/article/view/44747> . Acesso em: 26 jun. 2025.

VIEIRA, E. M., HASSE, M. Percepções dos profissionais de uma rede intersetorial sobre o atendimento a mulheres em situação de violência. **Interface**, v. 21, n. 60, p.51-62, 2017. DOI: 10.1590/1807-57622015.0357. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/GXcfNwpDWsKM4rmmnVPf7Ln/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 jun. 2025.

WILKINSON, S. Focus groups in feminist research: power, interaction and the co-construction of meaning. **Women's Studies International Forum**, v. 21, n.1, p.111-125, 1998. DOI: 10.1016/S0277-5395(97)00080-0

WORLD ECONOMIC FORUM. Gender Gap Index. **Global Gender Gap Report 2025**. World Economic Forum: Genebra-Suíça, 2025. Disponível em: https://reports.weforum.org/docs/WEF_GGGR_2025.pdf. Acesso em: 15 jun. 2025.